



câmara municipal MIRANDA DO CORVO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO, REALIZADA DIA 19 DE SETEMBRO DE 2014

Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, na vila de Miranda do Corvo, pelas nove horas e trinta minutos, no edifício dos Paços do Município de Miranda do Corvo, reuniu a Câmara Municipal de Miranda do Corvo. -----

Estavam presentes, o Presidente António Miguel Costa Baptista e os Vereadores Ana Maria Santos Marreco e Rosa de Gouveia, Sérgio Luís Rodrigues Sêco, Miguel António Bastos Brandão, Célia Maria da Conceição Mateus, Rui António Fernandes Dias Reis Godinho e José Miguel Ramos Ferreira. -----

Presente o Saldo do **Resumo Diário do dia anterior** dois milhões, seiscentos e noventa e três mil, trinta e sete euros e setenta e cinco cêntimos;-----

Operações Orçamentais: dois milhões, trezentos e oito mil, novecentos e trinta e seis euros e vinte e nove cêntimos;-----

Operações de Tesouraria: trezentos e oitenta e quatro mil, cento e um euros e quarenta e seis cêntimos. -----

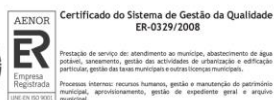
A Câmara tomou conhecimento. -----

O Presidente da Câmara António Miguel Costa Baptista, deu início à sessão, começando por cumprimentar todos os presentes. -----

Aprovação das Atas n.º 17/2014 de 18 de agosto de 2014 e n.º 18/2014 de 5 de setembro de 2014: -----

Em virtude das atas n.º 17/2014, da reunião ordinária da Câmara Municipal de 18 de agosto e n.º 18/2014 de 5 de setembro de 2014, terem sido previamente distribuídas por todos os membros do Executivo através de e-mail, prescindiu-se da leitura da mesma, tendo a Câmara, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo acima citado, deliberado a sua aprovação por unanimidade, com a abstenção da Senhora Vice-Presidente, Ana Maria dos Santos Marreco e Rosa de Gouveia na reunião camarária de 5 de setembro, em virtude de não ter participado na mesma. -----

Posto isto e com a presença da Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, Dr.ª Marilene Rodrigues, procedeu-se ao período antes da Ordem do Dia e





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

seguidamente à apreciação dos assuntos constantes da agenda de trabalhos antecipadamente entregue a todos os membros, documento que aqui se dá como transcrito e fica arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

Seguiu-se o PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Senhor Presidente informou, relativamente ao prolongamento do horário do Centro de Saúde, que o Diretor do ACES veio a Miranda do Corvo explicar as razões pelas quais foi impossível honrar a promessa de voltar a ter o prolongamento de horário no mês de setembro e que tal situação se ficou a dever à falta de recursos humanos, nomeadamente médicos. -----

Referiu que lhe mostrou o seu desagrado perante esta situação, mas também alguma compreensão, uma vez que há uma médica que se encontra de licença de amamentação e também porque ainda não foi concluído o procedimento concursal para ser colocado mais um médico. -----

Mencionou que entretanto já chegou um ofício que indica que a colocação do médico está para ocorrer muito em breve, talvez em outubro e que nessa altura existirão condições para repor o prolongamento de horário. -----

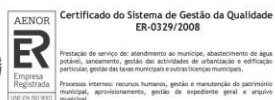
Informou que reforçou ao senhor Diretor do ACES, a posição de que para além de repor o prolongamento do horário, seria de elementar justiça que o prolongamento fosse até às 24 horas e não 22 horas. -----

Relativamente à ponte do Cabouco, informou que os semáforos estão desligados. Mencionou que ontem recebeu duas informações, uma da Câmara Municipal de Coimbra e outra da construtora. Referiu que houve algum atraso da Câmara Municipal de Coimbra na formalização do contrato para com a EDP, mas que não se compreende que a EDP, sem qualquer aviso, tenha desligado os semáforos. -----

Do lado de Miranda do Corvo, o semáforo só irá estar a funcionar quando for feito o contrato com a EDP, uma vez que a solução implementada não coloca problemas em termos do não funcionamento e assim que esteja feita a ligação ele apenas irá funcionar como limitador de velocidade. -----

Referiu que teve uma conversa com o Senhor Secretário de Estado da Modernização Administrativa e que se está a estudar a possibilidade de termos um espaço do cidadão em Miranda do Corvo, sendo que futuramente apresentarão a proposta para apreciação dos senhores vereadores. -----

Referiu que também reuniu com as Estradas de Portugal na tentativa de desbloquear a situação de Lamas, no sentido de desviar o tráfego pesado. Informou que o ideal, se fossem





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

dadas as devidas contrapartidas, seria que o tráfego passasse para a variante e que a travessia de Lamas passe para o domínio municipal, uma vez que só assim se poderá fazer as devidas intervenções. -----

Relativamente ao solicitado pelo Senhor Vereador José Miguel Ferreira em reuniões anteriores, referiu que ainda não tem resposta para as questões que colocou na reunião do dia 1 de agosto, mas que as trará na próxima reunião. -----

De seguida solicitou o uso da palavra a Vereadora Célia Mateus que começou por solicitar informações acerca da praia fluvial de Segade. -----

Continuou sugerindo que os transportes públicos que servem a zona de Semide pudessem passar na nova ponte de Segade e informou que existe interesse da população em que este trajeto seja adotado o mais rapidamente possível. -----

O Vereador Sérgio Sêco informou que o Senhor Presidente, no início do ano, referiu que até final do mesmo a situação da ponte da Retorta estaria resolvida, pelo que solicitou indicações acerca do ponto de situação. -----

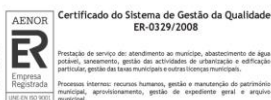
Mostrou preocupação, não só para o facto de a população ter necessidade de ter um acesso digno, mas também porque se encontra em fase final de construção o Hotel Rural, empreendimento que custou mais de 450 mil euros, pelo que se pode chegar à data de abertura de portas e o acesso não se encontrar digno. -----

Solicitou que se procedesse à limpeza na Zona Industrial e que futuramente, nos eventos do Rally, se procedesse à limpeza no próprio dia ou eventualmente na segunda-feira, uma vez que dá mau aspeto para quem frequenta aquela zona. -----

Relativamente aos autocarros que fazem a ligação do Metro, referiu que anteriormente o senhor Presidente tinha informado que estes autocarros faziam a passagem na A13 e na ponte do Cabouco, mas que tal não acontece pelo que a população tem mostrado a sua revolta e indignação. -----

Sobre a viagem organizada a Neufchâteau, referiu que na sua opinião foi antidemocrático e que nunca esta Câmara Municipal fez viagens de geminações sem que tenham convidado as pessoas de outras forças partidárias. Referiu que na Câmara anterior, sempre convidaram elementos da Assembleia Municipal e da Câmara para estarem presentes.

De seguida o Senhor Presidente de Câmara, sobre a praia fluvial de Segade, informou que foi reposicionada a escada de madeira, a qual se encontrava bastante danificada, mas que já se resolveu. Relativamente à ocupação do bar, informou que a Hasta Pública, apesar das condições serem bastante apelativas, ficou deserta. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu que esta Câmara Municipal tem vontade para melhorar esta praia Fluvial tornando-a mais atrativa. -----

Sobre os autocarros na Ponte do Cabouco, referiu tem intenções de ter uma conversa com a administração da TRANSDEV e este será um dos pontos a abordar. Referiu também que é sua opinião que desde que a ponte do Cabouco abriu ao tráfego, o percurso seja efetuado por aqui. -----

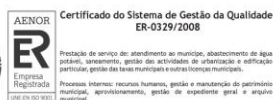
Sobre as questões levantadas pelo Vereador Sérgio Sêco, nomeadamente sobre a ponte da Retorta, referiu que o projeto que existia era um projeto de investimento significativo, pelo que se optou por contratar um projetista externo tendo-se conseguido um investimento de montante muito inferior. Referiu que está a avançar o processo de concurso e que por menos de metade do investimento inicial, iremos conseguir ter a ponte nova, reconstruindo a existente e pavimentando a estrada de acesso. -----

Referiu que tem noção da importância deste acesso para o funcionamento do empreendimento que lá está a ser feito, bem como dos transtornos causados à população, contudo a decisão de alteração do projeto revelou-se uma decisão acertada. -----

Sobre a limpeza da Zona Industrial, referiu que irá transmitir essas preocupações, para que na próxima edição tal não aconteça. No entanto, em relação à limpeza referiu que não lhe parece que esteja mal e que é intenção deste executivo melhorar de forma significativa este local, uma vez que foi abandonado pelo anterior executivo. -----

Relativamente aos autocarros de transporte alternativos, informou que marcou uma reunião com o administrador da Metro-Mondego e que uma das questões que irá abordar com ele, será a situação dos autocarros diretos. Referiu que além destes aspetos, existem outros que tem que resolver, nomeadamente alguns espaços verdes que se encontram ao abandono por parte da Metro-Mondego. -----

Sobre a viagem de Neufchâteau, referiu que será apresentado o relatório da viagem nesta sessão, elaborado pela Senhora Vice-presidente - foi ela que representou a Câmara nesta viagem e que a orientação que existe neste mandato é de reduzir ao mínimo as comitivas e as despesas. Referiu que entende que as comitivas devem ser reduzidas a três elementos: um funcionário, que neste caso é o Senhor Carvalho que acaba por ser o elo de ligação entre as duas comunidades, um elemento da Assembleia Municipal, que neste caso é dado que o senhor Presidente não se pode deslocar, indicou um membro da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara, ou em sua substituição a Vice-presidente. Referiu que é sua opinião que deve ser convidado ou um vereador da oposição, ou um Presidente de Junta e





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

que neste caso foi um Presidente de Junta, pelo que numa próxima oportunidade irá ser convidado um Vereador da oposição. -----

Informou ainda que os autarcas que levaram acompanhante, essas despesas foram pagas pelos próprios e não pela Câmara Municipal. -----

Por fim, referiu que se os senhores Vereadores entenderem que a comitiva deve ser composta por mais elementos, tal irá aumentar as despesas e que nos tempos que correm, entende que não é muito ajuizado enveredar por tal caminho. -----

O Senhor Vereador Sérgio Sêco referiu que não entende que a Zona Industrial tenha sido abandonada pelo anterior executivo. Referiu que apenas algumas zonas da Zona Industrial estão abandonadas e com ervas até à cintura. -----

Compreende que este executivo tenha um grande projeto para a Zona Industrial, mas que não deve acusar o anterior executivo de não ter feito nada. -----

Recordou a pavimentação de estradas na Zona Industrial, limpezas executadas duas vezes por ano, colocação de iluminações novas, loteamentos na Zona Industrial. -----

Aproveitou para pedir informações acerca do Plano de Pormenor para esta zona. -----

Relativamente a viagem a França referiu que acha que foi tudo feito às escondidas e que foi uma escolha do Presidente da Câmara. Referiu que no mínimo poderiam ter informado na reunião anterior à viagem, das escolhas que iriam adotar neste mandato. -----

Referiu que não entende porque é que o Senhor Presidente referiu que é para poupar dinheiro, quando depois fazem outras coisas em que estragam dinheiro. Referiu que o dinheiro em causa seria o de uma passagem aérea o que não seria muito significativo. Referiu que o executivo poupa numas coisas, mas gasta dinheiro em outras. -----

Referiu que dizer que “estar a poupar dinheiro”, quando têm mais de dois milhões e seiscentos mil euros na conta à ordem não faz muito sentido. -----

Recordou que na gestão anterior, houve sempre um elemento e que partiria sempre do convidado aceitar ou não o convite e que não concorda que o Senhor Presidente diga que foi para poupar dinheiro ou que foi uma nova metodologia adotada. -----

O Vereador José Miguel Ferreira, questionou o Senhor Presidente que investimento já fez na Zona Industrial desde que tomou posse. -----

O Senhor Presidente, referiu da sua parte não houve nenhum comportamento antidemocrático, nem nunca haverá. -----

Registou a proposta do Senhor Vereador, em que em futuras viagens vão dois representantes da Câmara, três da Assembleia Municipal e da Junta de Freguesia. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu que em relação à última viagem houve uma poupança de mais de metade do valor.

O Vereador José Miguel Ferreira, alegou que isso aconteceu porque eles ofereceram tudo.

O Senhor Presidente de Câmara referiu que ofereceram uma vez que a comitiva era pequena. Referiu que estas viagens têm objetivos que foram cumpridos na comitiva liderada pela Senhora Vice-presidente.

O Vereador José Miguel Ferreira, referiu que é preciso muito descaramento para quem teve uma variação negativa dos resultados correntes da Câmara Municipal em 377 mil euros de vir agora falar em gastos com viagens e que os Vereadores do PSD é que querem gastar e não poupar.

Referiu que nestas despesas tidas com camaradas a quem o Senhor Presidente quis dar emprego, já não houve problemas com poupanças.

Disse que a única coisa que o Vereador Sérgio Sêco disse e bem, era que se o senhor Presidente queria mudar a metodologia, teria informado com antecedência e aí fariam o comentário que entendesse.

Referiu que o Senhor Presidente quando se viu “apertado” é que resolveu vir com esta história. Disse que mereciam outro tipo de respeito.

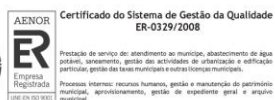
O Senhor Presidente de Câmara referiu que iriam discutir o assunto dos resultados financeiros no ponto próprio.

CORRESPONDÊNCIA

Da empresa "Acústica Médica (Hidden Hearing Portugal), a solicitar autorização para realização de rastreio auditivo gratuito, em frente à Câmara das 9.00 às 18.00 horas, no dia 22 de setembro de 2014. Tem junto informação da Assistente Técnica, Dulcina Simões e proposta da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.

A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a realização do rastreio. Quanto à aplicação das taxas e de acordo com o Regulamento em vigor a taxa a aplicar terá uma redução de 20% de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º, atendendo ao objetivo social da iniciativa.

Da Liga Portuguesa Contra o Cancro, a solicitar a colaboração e autorização para a realização do peditório Nacional a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro, a realizar de 31 de outubro a 3 de novembro do corrente ano.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar toda a colaboração possível, nomeadamente em termos de divulgação e de referenciação de voluntários para a realização do peditório Nacional a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro, ficando responsável pela ligação entre as duas entidades a Técnica Luísa Camilo. -----

Da Direção da Casa do Benfica, a solicitar a colaboração e apoio logístico para a realização de convívio de sócios e simpatizantes do Benfica, a realizar dia 28 de setembro de 2014. -----

Nos termos do previsto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo o Vereador Sérgio Seco por ligações familiares a membros da Casa do Benfica. -----

Nos termos do previsto no art.º 50.º que por sua vez remete para o n.º 3 e 4 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu dos motivos da dispensa de intervir no procedimento e declarou-o. -----

O Senhor Presidente, informou que durante o fim de semana em causa já existe um apoio logístico comprometido para a União das Freguesias de Semide e Rio de Vide, para o evento intitulado “I Festa da União das Freguesias”. Propôs que dentro das disponibilidades o material logístico solicitado, nomeadamente tendas, baías e cadeiras, desde que estejam disponíveis, que se apoie a realização do convívio. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar o proposto pelo Sr. Presidente. -----

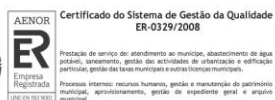
Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código Procedimento Administrativo, o Vereador José Miguel comunicou o seu impedimento no processo seguinte, por ligações familiares ao presidente da Fundação. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Da Fundação ADFP, a informar que em lista de espera para as refeições da Cantina Social, se encontram 15 pessoas inscritas. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Luísa Camilo, do seguinte teor: -----

“De acordo com o solicitado por V. Ex.ª cumpre-me informar que, a cantina social da Fundação ADFP, à semelhança de informação já formulada para apoio à Cantina Social da Santa Casa da Misericórdia têm dado uma resposta extremamente importante ao nível Social.

Segundo informação remetida pela Fundação ADFP a Cantina Social possui uma lista de espera de 15 pessoas para as refeições escolares. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Assim, tal como já referido anteriormente para a Santa casa da Misericórdia de Semide e considerando os Fundamentos da Criação do Fundo de Emergência de prestação de apoios aos estratos sociais mais desfavorecidos do concelho de Miranda em articulação/complementaridade com as restantes Instituições e respostas existentes no terreno e com as entidades integrantes da Rede Social do Município com recurso às verbas inscritas no Fundo de Emergência Social assegurando 15 refeições diárias para resposta aos utentes que se encontram sem apoio na Cantina Social da Fundação ADFP. À semelhança do que ficou definido para a Cantina Social da Santa Casa da Misericórdia de Semide considera-se importante, salvo melhor opinião que a Autarquia, no âmbito das suas competências em matéria de ação social, suporte o valor de 2,50€ por cada refeição, num total de 15 refeições diárias. Estas refeições serão atribuídas tendo por base o regulamento da Cantina Social e as orientações da Segurança Social nesta matéria. -----

Considera-se ainda que este apoio deverá ser dado até que as necessidades sejam supridas pela Segurança Social com a resposta á solicitação de revisão dos acordos de cooperação para esta resposta, já formulada pela Instituição ou por outro fator que o Município considere relevante. -----

À consideração Superior, -----

A Técnica S. Serviço Social, Luísa Camilo (a). -----

Miranda do Corvo, 11 de setembro de 2014.”. -----

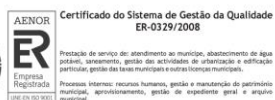
Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar o apoio solicitado, suportando o valor de 2,50 euros por cada refeição, num total de 15 refeições diárias, recorrente ao Fundo de Emergência Social, até que as necessidades sejam supridas pela Segurança Social e de acordo com a informação técnica. -----

Ficará responsável pelo acompanhamento do respetivo processo a Técnica Superior de Serviço Social, Luísa Camilo. -----

OBRAS -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Vereador Miguel Brandão, detentor do pelouro das obras, para prosseguir com os trabalhos. -----

Reposição da legalidade urbanística: requerimento n.º 4174/2014, de Vitória Paula Lopes Sousa Cancela, residente em Rua das Lapas - Moinhos, Miranda do Corvo, a solicitar a prorrogação de prazo para apresentação da documentação necessária à respetiva legalização. Tem junto informação dos Serviços Técnicos, informando que a autarquia deve decidir/deliberar se concede uma nova prorrogação ou se ordena a demolição. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Vereador Miguel Brandão, informou que o proprietário inicial do processo faleceu, pelo facto de ser a viúva a solicitar a prorrogação do prazo. Tendo em conta que a requerente terá que tratar da documentação necessária à referida legalização, sugeriu que se autorizasse a referida prorrogação do prazo. -----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 15 dias, para entrega dos elementos em falta, de acordo com a proposta apresentada e informação técnica. -----

Mais deliberou notificar o requerente que foi elaborado o Auto de Notícia n.º 117/2013 e instaurado o processo de contraordenação n.º 6/2014, devendo ser dado conhecimento à instrutora do processo, de forma a ser dada continuidade do mesmo. -----

Reposição de legalidade urbanística: requerimento n.º 12947/2014, de Paulo Jorge Carvalho Adelino, na qualidade de filho e único herdeiro de Maria Rosa Carvalho, a solicitar a prorrogação do prazo por mais 30 dias para proceder à legalização da construção, relativa ao processo de obras n.º 671/2006. Tem junto informação dos Serviços Técnicos, informando que a autarquia deve decidir/deliberar se concede uma nova prorrogação ou se ordena a demolição. -----

A Câmara deliberou por unanimidade notificar o requerente para apresentar no prazo de dez dias úteis, o pedido de licenciamento, dado todos os prazos que já foram concedidos, sob pena de o processo avançar para ordem de demolição da obra, de acordo com o previsto no artigo 106.º do RJUE.-----

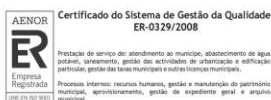
Mais deliberou notificar o requerente que foi elaborado o Auto de Notícia e instaurado o processo de contraordenação n.º 72/2018, devendo ser dado conhecimento à instrutora do processo, de forma a ser dada continuidade do mesmo. -----

Processo n.º 9/2012, de Vítor Manuel Coelho da Costa, residente em Canas - Semide, Miranda do Corvo, a solicitar licença para proceder à construção de edifício destinado a garagem (alterações), sito em Canas - Semide, Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo a aprovação do projeto de arquitetura. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Miguel Brandão comunicou o seu impedimento no presente processo, por ligações familiares. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar o projeto de alterações ao projeto inicialmente aprovado, devendo o requerente ser notificado para proceder à





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

junção ao processo, dos projetos de especialidades, no prazo de seis meses, de acordo com a informação técnica. -----

Prorrogação de prazo para apresentação de elementos: requerimento n.º 580/2014, de Francisco António Paiva Cancela, residente em Rua das Lapas - Moinhos, Miranda do Corvo, a solicitar a prorrogação de prazo por mais 15 dias para apresentação de projeto da rede de gás. Tem junto informação técnica, informando de que o pedido não tem enquadramento legal, deixando à consideração superior a referida prorrogação. -

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, para entrega dos elementos em falta e de acordo com informação técnica. -----

Mais deliberou notificar o requerente que foi elaborado o Auto de Notícia e instaurado o processo de contraordenação n.º 104/2013, devendo ser dado conhecimento à instrutora do processo, de forma a ser dada continuidade do mesmo. -----

Prorrogação de prazo para apresentação de elementos: requerimento n.º 13025/2014, de Albertino Dias Filipe, residente em Rua da Fontinha - Tábuas, Miranda do Corvo, a solicitar a prorrogação de prazo por mais 15 dias proceder ao pedido de licenciamento das obras em causa. Tem junto informação técnica, informando de que o pedido não tem enquadramento legal, deixando à consideração superior a prorrogação do prazo de 30 dias. -----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, para proceder ao pedido de licenciamento das obras, de acordo com informação técnica. -----

Processo de obras n.º 21/2012, de Maria da Conceição Alves Simões, residente em Casal dos Rios - Lousã, a solicitar o licenciamento de ampliação e alteração de moradia (regularização - projetos de especialidades), sita em Torno - Vila Nova. Tem junto informação dos Serviços Técnicos, propondo o deferimento do pedido. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o licenciamento relativo à ampliação e alteração de moradia (regularização), devendo a requerente, solicitar a emissão do alvará de obras de edificação, no prazo de um ano, mediante a entrega dos documentos constantes na informação técnica. -----

Prorrogação de prazo para a emissão de alvará de obras de edificação: requerimento n.º 543/2014, de Electromecânica Dueça, Ld.ª, com sede em Quinta da Cova da Ponte - Miranda do Corvo, a solicitar a prorrogação de prazo por mais 90 dias, atendendo ao facto do técnico responsável pela direção da obra se encontrar ausente no estrangeiro. Tem junto informação técnica, propondo a prorrogação do prazo de 30 dias.



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Empresário Registado
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, para entrega dos elementos em falta, de acordo com informação técnica.-----

REQUERIMENTOS DIVERSOS -----

Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 13340/2014, de António Filipe Alves dos Reis, residente em Rua S. Tiago - Rio de Vide, Miranda do Corvo, a apresentar candidatura para o programa de incentivo à natalidade por ter sido pai, em 10.09.2013. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Luísa Camilo, propondo a atribuição do subsídio, no valor de 250,00€ e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis. -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de acordo com a informação da Técnica de Serviço Social, atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento da sua filha Mariana Amaro Reis e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação técnica e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----

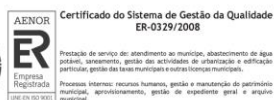
Isenção/redução de tarifas na fatura de água: requerimento n.º 12960/2014, de Maria Piedade Lopes, residente em Supegal, Miranda do Corvo, a solicitar a isenção do pagamento das tarifas fixas constantes da fatura de água, conforme previsto no Regulamento de Taxas em vigor. Tem junto informação técnica, informando que o pedido reúne condições para deferimento. -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido, de acordo com a informação técnica. -----

Isenção/redução de tarifas na fatura de água: requerimento n.º 13028/2014, de António Carvalho, residente em Rua Padre António Costa, Miranda do Corvo, a solicitar a isenção do pagamento das tarifas fixas constantes da fatura de água, conforme previsto no Regulamento de Taxas em vigor. Tem junto informação técnica, informando que o pedido reúne condições para deferimento. -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido, de acordo com a informação técnica. -----

Restituição de valor, através de nota de crédito: requerimento n.º 11250/2014, de Mário Francisco, residente em Bairro António Sérgio, Rua 13 de Maio - Coimbra, a requerer a restituição de valor pagos indevidamente, respeitante à fatura de água de novembro e dezembro de 2013, por comunicação de leitura errada da sua parte. Tem





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

junto informação da Assistente Técnica, Eugénia Farinha, informando da restituição do valor de 72,45 euros, através de nota de crédito e proposta da Chefe da DAF. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a restituição através de nota de crédito, nas próximas faturas a emitir, até ao valor de 72,45 euros, de acordo com informação técnica e proposta da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

Cartão de Família Numerosa: requerimento n.º 13222/2014 de Maria de Fátima Serra Fernandes, residente em Azenha - Urzelhe, a solicitar a emissão do cartão de família numerosa. Tem junto informação da Técnica de Serviço Social, Luísa Camilo, informando que a requerente reúne condições para atribuição de cartão de família numerosa. -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido, concedendo o Cartão Municipal de Família Numerosa a Maria de Fátima Serra Fernandes, usufruindo a família de todos os benefícios constantes no Regulamento. -----

Atribuição de subsídio para pintura exterior de uma habitação: requerimento n.º 6467/2014, de Abel Soares Ramos, residente em Rua João Paulo II - Miranda do Corvo, a solicitar a atribuição de subsídio para pintura exterior da habitação, sita no referido lugar. Tem junto informação dos Serviços Técnicos, propondo a atribuição de subsídio no valor de 576,00 euros. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio no valor de 576,00 euros, de acordo com o proposto na informação técnica e de acordo com a informação da Área Financeira, Património e Aprovisionamento. -----

PROPOSTAS E OUTRAS DELIBERAÇÕES -----

Juros de mora - Construções Alberto Vasco: presente informação da Técnica, Paula Maria Pequeto Cardoso Rosa, relativa ao pagamento da Nota de Débito de juros, no valor de 19.500,72 euros ao Agente de Execução, Jorge Ascenção Jardim.

O processo foi retirado, voltando a uma próxima sessão, acompanhado de parecer jurídico da Sociedade de Advogados CAPA. -----

Empreitada de "Restauro da Igreja Matriz - Conservação e Restauro do Altar-Mor, Alteres Laterais, Púlpito e Esculturas", adjudicada à firma "Pigma - Conservação do Património Cultural, Ld.ª": presente auto de medição n.º 3, referente a trabalhos contratuais, no valor de 9.606,60 euros + IVA. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de medição n.º 3, referente a trabalhos contratuais, no valor de 9.606,60 euros acrescido de IVA, de acordo com informação técnica e efetuar o pagamento. -----

Refeições Escolares aos alunos do 1.º CEB e Pré-Escolar: presente informação da Técnica Superior de Serviço Social, Luísa Camilo, informando da necessidade de estabelecer acordo de parceria com o Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo, Escola Básica Integrada/JI Prof. Dr. Ferrer Correia, para os alunos que frequentam o 1.º CEB e Jardim de Infância de Miranda do Corvo. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador José Miguel comunicou o seu impedimento no presente processo, por ligações familiares ao presidente da Fundação. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar o acordo de parceria com o Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo, Escola Básica Integrada/JI Prof. Dr. Ferrer Correia, para os alunos que frequentam o 1.º CEB e Jardim de Infância de Miranda do Corvo para assegurar o serviço de refeições escolares, de acordo com informação técnica e respetiva minuta, documento que aqui se dá como transcrito, ficando arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

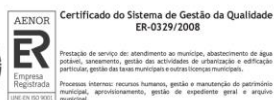
Processo de contraordenação n.º 31/2011 - Maria Irene Bastos Fernandes: presente proposta de admoestação pelo instrutor Ricardo Bispo e confirmação pela Sociedade de Advogados - CAPA. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Miguel Brandão comunicou o seu impedimento no presente processo, por ligações familiares. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar a admoestação, de acordo com a proposta de decisão e o previsto no art.º 51.º da RGCO, em virtude da situação ter sido regularizada. -----

Obra de "Pavimentação da Rua da Relva Cimeira em Pedreira", adjudicada à firma "Sociedade de Construções Elimur, Ld.ª": presente informação técnica, propondo o auto de receção definitiva da obra. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de receção definitiva da obra de “Pavimentação da Rua da Relva Cimeira em Pedreira”, bem como proceder à libertação da respetiva caução, de acordo com a informação técnica.-----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador José Miguel comunicou o seu impedimento no presente processo, por ligações familiares ao presidente da Fundação. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o.-----

Refeições escolares - proposta para a celebração de protocolo: presente Proposta n.º 37/2014 do Senhor Presidente, Miguel Baptista, do seguinte teor: -----

“PROPOSTA 37/P/2014-----

Refeições escolares - Proposta para a celebração de protocolo -----

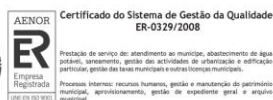
1-O Município abriu procedimento ao abrigo da contratação pública para serviços de refeição para instituições escolares dispersas pelo Concelho de Miranda do Corvo, que não dispõem de instalações próprias para a confeção ou nas proximidades, para o ano lectivo 2014-2015; -----

2- As propostas apresentadas foram todas excluídas de acordo com o relatório do júri e tendo sido dado o prazo de audiência de interessados, nenhum dos concorrentes se pronunciou, tendo ficado o procedimento em causa deserto; -----

3-Com o início do novo ano lectivo, torna-se urgente resolver a questão do fornecimento das refeições para as várias instituições escolares dispersas para o concelho, revelando-se de interesse público assegurar o fornecimento das refeições às crianças em idade pré-escolar e escolar; -----

4-A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece as atribuições dos Municípios no domínio da educação, de acordo com o previsto no art. 2.º, no art. 7.º n.º 2 e no art. 23.º n.º 2.

5- O Concelho de Miranda do Corvo caracteriza-se pela existência de um conjunto de instituições que se distinguem na área do apoio social, cujo grau de proximidade da rede escolar e condições logísticas e humanas vocacionadas para a prestação de apoio à população escolar, designadamente em matéria de fornecimento e transporte de refeições, que importa aproveitar e valorizar. Ao longo dos últimos anos as referidas instituições têm vindo a fazer investimentos em equipamentos e contratação de pessoal que têm sido aproveitados em benefício das nossas crianças. O fornecimento das refeições no procedimento supra referido tem vindo a ser assegurado pela Fundação ADFP, Assistência, Desenvolvimento e Formação





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Profissional. Poderemos assim considerar que será de interesse público que sejam as IPSS's do nosso concelho a assegurarem o fornecimento das refeições escolares, e no caso em apreço, a Fundação ADFP, Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional, dada a experiência que já tem no fornecimento das refeições em causa. -----

6- Foi emitida uma circular pela Associação Nacional de Municípios - Circular 089/2013-SA, que contempla (ainda que de forma indirecta) a possibilidade de os Municípios realizarem fornecimento de refeições através de IPSS's, referindo que "o exercício de tais competências através de protocolo de parceria escrito com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), se encontrar abrangido pelo regime de isenção de IVA previsto pelo n.º 9 do art. 9.º do CIVA (cfr. o ofício do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de 02/09/2008 que junta informação dos Serviços do IVA no n.º 1670, de 21/08/2008), tal como se fosse o Município a exercê-las, directamente através dos seus serviços." -----

Face ao exposto, proponho a esta Câmara Municipal: -----

- dado que o procedimento em curso para contratação do fornecimento de refeições para instituições escolares dispersas pelo Concelho de Miranda do Corvo, que não dispõem de instalações próprias para a confeção ou nas proximidades, para o ano lectivo 2014-2015, ficou deserto; -----

- que se estabeleça protocolo para o fornecimento de refeições para o ano lectivo 2014/2015, com a Fundação ADFP, Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional relativamente ao fornecimento de refeições para instituições escolares dispersas pelo Concelho de Miranda do Corvo, que não dispõem de instalações próprias para a confeção ou nas proximidades, para o ano lectivo 2014-2015, pelo valor apresentado no ajuste directo (remete-se minuta em anexo); -----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 15 de setembro de 2014 -----

O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Costa Baptista (a).". -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar a celebração de protocolo para o fornecimento de refeições para o ano letivo 2014/2015, com a Fundação ADFP - Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional, de acordo com a proposta. -----

Xadrez nas escolas - redução remuneratória: presente informação da Técnica Superior, Ivone Marques e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento, informado da existência de fundos disponíveis, no valor de 3.896,64 euros. -----

O assunto foi retirado, voltando a uma próxima reunião camarária. -----

Estatutos da Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

(Documento que aqui se dá como transcrito, ficando arquivado no dossier anexo ao livro de atas). -----

O Senhor Presidente propôs que se aprovassem os estatutos, condicionados à questão do ponto 1 do art.º 2.º que refere que a Agência tem a sede no município de Castanheira de Pera, podendo, mediante deliberação da direção, criar delegações no território nacional. ----

Salientou que o art.º 2.º deve ser revisto e que a sede, em termos de acessibilidade mais rápida ao litoral, deve ser em Miranda do Corvo, uma vez que tem excelentes condições.

Referiu que a Lousã já tem o WelcomeCenter no âmbito da Rede das Aldeias do Xisto e tem a sede da Dueceira. -----

De seguida o Vereador Sérgio Sêco, referiu que caso o Município da Castanheira de Pera alegue que a sede deve ser lá e alegar a questão da interioridade, na sua opinião, a sede deve ser em Góis. -----

O Senhor Presidente referiu que a Presidente de Góis gostaria que a sede fosse lá, mas entre andar com guerras onde fica a sede, ela referiu que o importante é que a agência avance e que o território tenha uma gestão integrada e que todas as entidades que estão ligadas à gestão da serra da Lousã sejam chamadas a participar na gestão. -----

Por fim, propôs que se aprove os estatutos, com a condicionante de que esta Câmara gostaria de ver revista a localização da sede, nomeadamente que o art.º 2.º pudesse ter uma de duas redações: -----

A Agência poderia ter a sua sede provisória, eventualmente no Município de Castanheira de Pera, mas que a sede definitiva fosse decidida em Assembleia Geral, ou então que fosse equacionada a hipótese de alterar para que fique no Município de Miranda do Corvo.

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar os Estatutos da Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã, condicionado a ser reequacionada a localização da sede no concelho de Miranda do Corvo, de acordo com Proposta apresentada pelo Senhor Presidente e remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

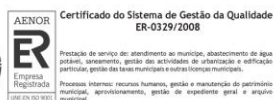
Fixação Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2015: presente
Proposta N.º 38 do Senhor Presidente, Miguel Baptista, do seguinte teor: -----

“Proposta 38/P/2014-----

Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem -----

Considerando que: -----

A alínea m) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, prevê como receitas dos municípios as estabelecidas enquanto tais por lei ou regulamento a favor daqueles; -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Electrónicas) e respectivas alterações, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2011, de 13 de Setembro, criou a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a qual, de acordo com o artigo 106.º, é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais na área correspondente ao município; -----

O Regulamento n.º 38/2004, publicado na II Série, «Diário da República» n.º 230, de 29 de Setembro de 2004, da responsabilidade do ICP-ANACOM, define os procedimentos a adoptar pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público em local fixo, da cobrança e entregas mensais, aos municípios, das receitas provenientes da aplicação da TMDP; -----

O Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio, veio referir no n.º 1 do artigo 12.º que «pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal, que se traduza na construção ou instalação, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, de infraestruturas aptas ao alojamento de comunicações electrónicas, é devida a taxa municipal de direitos de passagem, nos termos do artigo 106.º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro»;-----

O artigo 54.º do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Miranda do Corvo, publicado no «Diário da República» 2.ª Série, n.º 95, de 17 de Maio de 2010, estabelece que: -----

“Ocupação do subsolo, solo e espaço aéreo -----

1 - A ocupação do solo, subsolo, das redes viárias municipais, do espaço aéreo ou de outros bens do domínio público municipal, pelos particulares, pelas empresas ou pelas entidades concessionárias da exploração de redes de electricidade e gás, quando delas não estejam isentas por disposição legal, ou regulamentar está sujeito ao pagamento das taxas fixadas no Quadro XVIII do presente Regulamento. -----

2 - Pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal, que se traduza na construção ou instalação, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, de infraestruturas aptas ao alojamento de comunicações electrónicas, é devida a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), nos termos do artigo 106.º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, fixada no Quadro XVIII do presente Regulamento.” -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

“No n.º 3 do Quadro XVIII - Ocupação do subsolo, solo e espaço aéreo, do mesmo regulamento ficou estipulado: -----

“3 - Valor da TMDP, a aplicar a partir do dia 1 de Janeiro de 2011 - 0,15%”.-----

No ano de 2014 está em vigor uma TMDP de 0,15%;-----

Considerando que o intuito da instituição da TMDP era que a cobrança desta taxa incidisse sobre as empresas de telecomunicações, tem-se verificado na aplicação prática a transferência deste encargo para o cliente final, que se vê obrigado a suportar este custo adicional.-----

Assim, a TMDP repercute diretamente sobre os consumidores encargos que devem ser suportados pelas operadoras de telecomunicações, situação inaceitável e que já motivou a reivindicação por parte da Associação Nacional de Municípios e do Provedor de Justiça, da revisão do regime jurídico da TMDP.-----

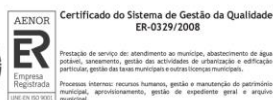
Pelo que, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:-----

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º2 do art. 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro aprovar e submeter à Assembleia Municipal a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0% para o ano de 2015.-----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 17 de Setembro de 2014-----

O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Costa Baptista (a).-----

O Senhor Presidente, referiu que considerando o previsto na legislação, em que refere que às câmaras cabe o percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, e que pode ir até aos 0,25%. Informou que em Miranda tem tido um valor de 0,15% de taxa, não esquecendo que o intuito da instituição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem era que a cobrança dessa taxa incidisse sobre as empresas de telecomunicações, tem-se verificado na aplicação prática, a transferência deste encargo para o cliente final na fatura. A Taxa Municipal de Direitos de Passagem acaba por intervir diretamente sobre os consumidores, encargos que deveriam ser suportados pelas operadoras de telecomunicações, situação inaceitável e que já motivou reivindicação por parte da Associação Nacional de Municípios e do Provedor de Justiça, de modo a que seja revisto o regime jurídico da TMDP, devido a existirem muitas falhas na legislação, pelo que entendemos que devemos fixar a taxa em zero, ou seja acabar com a aplicação da TMDP em Miranda do Corvo. Acrescentou que é o mais justo, não estando a falar de uma receita significativa, mas é pelo significado da proposta de demonstrar que não se está aqui para alinhar com cobranças de taxas que depois acabam por ter efeito no nosso consumidor final como referiu.-----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Relativamente ao ponto o Vereador Sérgio Sêco, referiu que evidentemente quando a Lei, foi constituída, foi exatamente para taxar as empresas que se aproveitam (porque têm essa necessidade), do território de cada concelho e não em benefício da população, em benefício do Município, não para depois a empresa cobrar aos próprios munícipes. Referiu que é completamente absurdo e contrariamente ao valor da derrama, o Município cobra às empresas que estão cá instaladas ou pode não cobrar, é uma decisão do município, o que se passa é que eles utilizam estruturas e utilizam o nosso território e o que eles fazem é cobrar aos munícipes. Evidentemente que a Lei tem vários motivos de fuga e muitas das vezes cobram e não devolvem o dinheiro aos municípios. Informou que concorda com a posição de vir para 0%, enquanto a Lei não for revista. A partir de ser revista, o município tem obrigação de taxar as empresas porque utilizam o nosso território para fins comerciais e para ganharem dinheiro. Portanto se é para ganharem dinheiro e para utilizar o nosso território, acho que o município de Miranda do Corvo deverá ter uma contrapartida por utilizar a nossa região. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente e remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

Fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2015: presente proposta n.º 39, do Senhor Presidente, Miguel Baptista, do seguinte teor: -----

“Proposta n.º 39/P/2014 -----

Fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) -----

Considerando que: -----

De acordo com o n.º 5 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam as taxas a aplicar em cada ano; -----

Nos termos da redação dada pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro, o n.º 1 do art. 112º do CIMI passou a ter nova redação e prevê que as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis poderão oscilar entre os seguintes valores: -----

Prédios rústicos: 0,8%; -----

Prédios urbanos: 0,3% a 0,5%; -----

A fixação da taxa de IMI no mínimo legal para prédios urbanos significa um esforço financeiro significativo para o Município, constituindo este imposto uma das principais fontes de receitas municipais. Razão pela qual a quase totalidade dos concelhos parceiros da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, tem fixado a taxa de IMI acima do percentual mínimo; -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Os constrangimentos financeiros derivados da sobrecarga de impostos governamentais continuam a asfixiar os agregados familiares, pelo que é objectivo do executivo municipal, dentro das possibilidades económicas, aliviar a carga fiscal das famílias mirandenses. -----

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

Nos termos do disposto do n.º 5 do art. 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro aprovar e submeter à Assembleia Municipal a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para prédios rústicos no percentual de 0,8% estabelecido legalmente, e a fixação no percentual mínimo de 0,3% para prédios urbanos. -----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 17 de Setembro de 2014 -----

O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Costa Baptista (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente e remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----

Do Comité Paralímpico de Portugal, a informar da realização do primeiro congresso, a realizar dias 24 e 25 de outubro de 2014, tendo como tema "Igualdade, Inclusão e Excelência Desportiva, dedicado aos temas "Inclusão Desportiva" e "Excelência Desportiva". -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a dar conhecimento de carta da empresa "Umbelino Monteiro, S.A.", relativa à Pedreira n.º 3785 denominada "Pisca n.º 2", sita na freguesia e concelho de Miranda do Corvo. -----

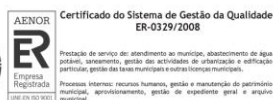
A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica Superior de Serviço Social, Luísa Camilo, a remeter informação pela equipa de enfermagem da Unidade Móvel, referente ao acompanhamento realizado à senhora Alice da Conceição, residente em Chão de Lamas, freguesia de Lamas. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo, a enviar a exposição relativa à possível mobilidade de pessoal não docente de Assistentes Operacionais, para o ano escolar 2014/2015. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Pretação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infra-estruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Da Técnica de Planeamento Regional e Urbano, Ana Patrícia Cortês, a emitir informação relativa ao pedido de autorização para colocação de cartazes publicitários - pendões plásticos, relativos à XXV Feira Nacional de Artesanato de Vila Nova de Poiares. --

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica Superior, Margarida Mota, a informar das atividades promovidas e dos dados estatísticos sobre o funcionamento da Biblioteca Municipal Miguel Torga, relativas ao mês de junho de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica Superior, Margarida Mota, a informar das atividades promovidas e dos dados estatísticos sobre o funcionamento da Biblioteca Municipal Miguel Torga, relativas ao mês de julho de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica Superior, Margarida Mota, a informar das atividades promovidas e dos dados estatísticos sobre o funcionamento da Biblioteca Municipal Miguel Torga, relativas ao mês de agosto de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Das Técnicas, Ana Figueiredo, Alda Gonçalves e Margarida Mota, a informar dos preparativos necessários à realização do evento "Serões do Gondramaz 2014". -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a informar da publicação do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos FEEI, para a execução da estratégia Portugal 2020. -----

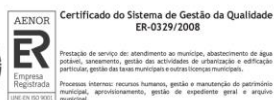
A Câmara tomou conhecimento. -----

Relatório da viagem a Neufchateau, realizada entre o dia 11 e 16 de setembro de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Posição Financeira do Município de Miranda do Corvo em 30/06/2014 - parecer do auditor externo Sousa Leal. -----

A Câmara tomou conhecimento da informação sobre a posição económica e financeira do Município de Miranda do Corvo relativamente ao 1.º semestre de 2014 e de acordo com o previsto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, o presente documento deverá ser enviado para a Assembleia Municipal. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Vereador Sérgio Sêco, solicitou a palavra, referindo que relativamente à análise apresentada, concluíram que o Senhor Presidente e esta Câmara herdaram uma boa situação financeira. Foi um trabalho de vários anos para conseguirem chegar a esse patamar. -----

Referiu ainda que o município, como viu nos documentos tem capacidade de endividamento e ronda o índice de 26,7%, portanto é o valor a que se pode endividar. O Município tem dinheiro para cumprir com as obrigações assumidas e para fazer mais obra. -----

Referiu que a situação financeira deve-se sem dúvida ao bom trabalho desenvolvido do executivo anterior, mas o que não entende os dados apresentados no relatório relativamente aos resultados correntes e aos resultados líquidos. -----

Referiu que ao analisar todo o processo, verificou que os resultados correntes, no primeiro semestre de 2013, eram de 362.274,34 euros. No primeiro semestre de 2014 passa negativo para 15.321,37 euros e que em termos de variação líquida de resultados, consta uma variação negativa de 337.000,00 euros. -----

Relativamente ao exposto, o executivo deve refletir sobre os dados correntes e que ainda vão a tempo e que devem corrigir de imediato e baixar os custos correntes da Câmara, que aumentaram muito devido aos empregos e às nomeações que o Senhor Presidente distribuiu. -----

Finalizou referindo que estão a fazer o alerta para tentar corrigir e recuperar a parte financeira, dado que o município foi deixado em muito boas condições e temem decisão camarária dado que em pouco mais de meia dúzia de meses do presente mandato tenha variação negativa sobre o valor apresentado de 337.000,00 euros. -----

O Senhor Presidente, Miguel Baptista, referiu que sobre os dados técnicos apresentados, dados financeiros, resultados líquidos, TDTA, são questões que tecnicamente poderia chamar a Dr.^a Paula Pequito, para responder ao Senhor Vereador, mas pelo que compreendeu, o que se afigura como relevante é o resultado líquido. No primeiro semestre baixou de 491.000,00 euros para 125.000,00 euros, existindo uma redução de 366.000,00 euros, mas sendo uma redução entre semestres, pode muito bem acontecer que no segundo semestre a situação se inverta, e o que interessa é o resultado global. -----

Referiu que também se poderia comparar o primeiro semestre de 2013 com o de 2012, questionando se também existiria uma melhoria, ou teria piorado. -----

O que está em causa e aquilo que referiu e bem, tem a ver com as despesas correntes que efetivamente aumentaram. No parecer, elaborado pelo senhor Auditor, que não apontou nada de mal à Câmara e a esta gestão, temos a referir o seguinte: despesas correntes,



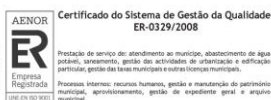
AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

primeiro semestre de 2013 - 3.065.000,00 euros, em números redondos. 2014 - 1.º semestre - 3.157.000,00 euros, isto dá um aumento de noventa e dois mil euros, das despesas correntes. Referiu que o aumento das despesas para a Segurança Social, cuja contribuição o Governo em muito aumentou, como aliás já estava previsto na proposta do orçamento, foram mais 94.000,00 euros só no primeiro semestre. Elaboraram-se também protocolos com as Juntas de Freguesia e no primeiro semestre isso correspondeu, embora parte deles só tenha entrado em vigor a 1 de março, a um gasto anual na ordem dos cem mil euros, ou seja mais 30/40 mil euros de despesas correntes. Também foram melhorados protocolos com os Bombeiros, sendo uma parte corrente e que é significativa. Acrescentou terem situações para aumento das despesas correntes, mas bastava que o Governo não tivesse aumentado as contribuições para a Segurança Social que já teria havido uma redução das despesas correntes. Existe ainda um dado que importa salientar, em termos de grau de execução da despesa em 2013 era de 28,86% e agora está nos 28,13%, isto é, em termos de grau de execução de orçamento não há grande variação. Há efetivamente uma redução em despesas de capital. Existem muitos processos que tiveram que ser reformulados, como o caso da ponte da Retorta, as obras do Jardim da Paz, com as dificuldades que os senhores vereadores certamente conhecem, como seja o tempo chuvoso, mas em termos de receita da parte de capital estamos com uma execução superior e decorrente abaixo, sendo os dados muito semelhantes aos do ano anterior em termos de grau de execução orçamental e de equilíbrio das contas. Uma outra despesa que tivemos e que contribuiu para esta despesa corrente, foi a limpeza de vários caminhos florestais, onde foram gastos cerca de vinte mil euros em máquinas e gasóleo. O aumento de noventa e dois mil euros decorrentes, sem a decisão do Governo de aumentar a contribuição para a Segurança Social, já teria sido menos, contribuindo também as coisas boas que foram feitas, limpeza de caminhos florestais e protocolos com as juntas e tantas outras coisas. Deve-se aguardar pelo final do ano, para ver qual o grau de execução orçamental, pela redução da dívida que está em marcha e que se está a operacionalizar, para haver forma de ter um resto de mandato em que financeiramente o município seja um muito bom exemplo de gestão financeira. Não esquecendo que se irá ter de ajudar os municípios que estão endividados, alguns dos quais aqui bem próximos, através do Fundo de Apoio Municipal, estando a falar de uma verba que terá que estar inscrita em orçamento para os próximos anos, em cerca de meio milhão de euros. O compromisso que se terá de honrar para a construção do hospital, estando a falar de cerca de setecentos e cinquenta mil euros, o apoio para um lar que está em vias de ser concluído, no valor de cento e cinquenta mil euros.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Lar da Santa Casa da Misericórdia de Semide, que se for para a frente, serão mais cerca de cento e cinquenta mil euros. Há vários compromissos para os próximos anos, a provável quebra de receita, nomeadamente em termos de transferências da Administração Central, teremos que ter muito cuidado e estaremos particularmente empenhados na redução das despesas correntes. -----

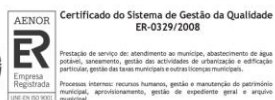
O Vereador José Miguel Ferreira, referiu que o Senhor Presidente dá voltas e o que é certo, é que, tem uma variação negativa de trezentos e muitos mil euros e por mais voltas que sejam dadas está aí o resultado. -----

Primeiro desculpou-se com o Governo que aumentou as taxas exigidas pela Segurança Social, ele aumentou porque o seu partido afundou o país, porque senão não aumentava. -----

Aqui o caso é que o vereador Sérgio Sêco, referiu e bem, alertou para o número que está patente numa variação negativa do aumento das despesas correntes e de uma diminuição significativa das despesas de investimento e é lógico que até final do ano tem espaço para corrigir e é isso que se pretende porque caso contrário, o Senhor Presidente, como bem compreenderá, ficará rapidamente com uma situação difícil na Câmara Municipal. A despesa com o investimento também traz receita à Câmara Municipal, senão fizer despesa de investimento não consegue entrar mais dinheiro. Já recebeu bastante dinheiro de obras que estavam concluídas e feitas e teve essa sorte, mas se não fizer mais obras isso acaba. Certamente compreenderá que o Vereador Sérgio Sêco alertou e bem para uma realidade que está patente no relatório, que existe uma variação negativa e que é preciso inverter o caminho. Relativamente a que disse das estradas florestais, etc, etc, referiu que até parece que antigamente não se limpavam as estradas florestais. O Senhor Presidente criticava os contratos que eram feitos com certas empresas e está a fazer o mesmo e que o Senhor criticava. E sabem perfeitamente que aumentou os custos com o pessoal, não é novidade nenhuma. -----

O Senhor Presidente referiu que o Senhor Vereador está enganado. De seguida passou a ler no relatório o seguinte: “Custos Operacionais - custos com pessoal, 1.º semestre de 2013: 1.402.864,96 euros; 1.º semestre de 2014: 1.330.278,80 euros, que perfaz um valor de menos 72.000,00 euros de custos com pessoal.”. Está escrito no relatório. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Miguel Brandão, referente à emissão de alvará de obras de construção n.º 48/2014, relativo à construção de anexo (Processo n.º 167/2013), em nome de Lucinda da Conceição Simões Rodrigues da Silva, pelo prazo de 60 dias. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Miguel Brandão, referente à emissão de alvará de obras de construção n.º 51/2014, relativo à alteração e ampliação de edificação e alteração de uso para arrumos (Processo n.º 118/2014), em nome de Hermínio Pedro Rodrigues, pelo prazo de 30 dias. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Miguel Brandão, referente à emissão de alvará de obras de construção n.º 52/2014, relativo à construção de anexo e muros de vedação (Processo n.º 39/2013), em nome de José Manuel Alves da Silva, pelo prazo de 178 dias. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Miguel Brandão, referente à emissão de alvará de obras de construção n.º 49/2014, relativo à demolição e construção de edificação destinada a moradia unifamiliar e comércio ou serviços (Processo n.º 95/2014), em nome de Fausto Rodrigues Caetano, pelo prazo de 12 meses. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Miguel Brandão, referente à emissão de alvará de obras de construção n.º 50/2014, relativo à demolição de edificação e construção de edificação destinada a garagem e arrumos e muro de vedação (Processo n.º 140/2013), em nome de Jorge Sousa Tavares Pereira, pelo prazo de 12 meses. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Rui Godinho, a autorizar o pagamento de horas extraordinárias aos funcionários que prestarão apoio à realização do Rally, organizado pela Sicóeco Race Events Club, realizado nos dias 13 e 14 de setembro de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

RATIFICAÇÃO DE ACTOS NOS TERMOS DO N.º 3, ART.º 35, DA LEI 75/2013 -----

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, a autorizar a cedência de material à Associação Cultural e Desportiva da Pedreira, Póvoa e Casal do Fato, para as festividades a decorrerem entre o dia 15 e 20 de agosto de 2014. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, a autorizar, a título excecional, para o alargamento do bar da piscina municipal de Semide, no período das 15.00 às 20.00 horas, à CRDC Amigos das Chãs, atendendo aos motivos indicados e ao facto de se tratar de uma coletividade.-----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, a autorizar o pagamento dos prejuízos causados na viatura pertencente à senhora Graça Maria Dias Pinto, aquando da limpeza de bermas, atendendo à situação de urgência.-----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, a autorizar a cedência do auditório para a sessão de colheita de sangue no dia 17 de setembro de 2014.-----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, a autorizar a cedência de lembranças, dentro das disponibilidades, para as comemorações de evento a realizar em Miranda do Corvo no dia 27 de setembro, intitulado "Dia Renault na zona Centro".-----

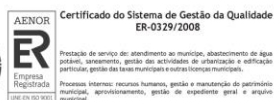
A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho n.º 29/2014 do Senhor Presidente, Miguel Baptista, referente à indicação dos representantes no aniversário da Geminção entre as vilas de Miranda do Corvo e Neufchateau, a ter lugar entre os dias 11 e 16 de setembro do corrente.-----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, referente à realização da V Feira do Mel 2014: presente informação do Gabinete de Apoio à Presidência, Rita Amado e informação da Área Financeira, Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis.-----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi esta reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade em minuta, para efeitos imediatos. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(António Miguel Costa Baptista)

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

(Marilene Regina Pereira de Carvalho Rodrigues)

